



## MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

	<b>1</b> ~*†v	CIPEIRA CAMARA		
maa.		PROCESSO Nº	10711.004954/91-49	
	12 de maio	2	301-26.980	
Sessão de	de 1.99_	ACORDÃO	N:	
Recurso nº.:	114.649 :			
Recorrente:	BAYER DO BRA	BAYER DO BRASIL S/A		
Recorrid	IRF - PORTO/	RJ		
	importado sal dipo 2.21— dis um ácido sificação	laudo n. 133/ trata-se do tássico do ácio sulfônico (68, dinitroestilbo TAB/SH 2904.9 ovimento ao re	Pi do LABANA-RJ, o material "produto químico orgânico do 4,4'- dinitroestilbeno - 2%) que constitui um sal de eno dissulfünico, com clas- D.0399. curso. Excluida, de oficio,	
	Vistos, rela	tados e discut:	idos os presentes autos,	
ao recurs relatora, Marton. D ta Morei	de Contribuintes, so, vencidos os Con Fausto de Freit Pesignado para gedi ra, na forma do r	por maioria selheiros Sand as e Castro Ne gir o Acordão (	imeira Cămara do Terceiro votos, em negar provimento ra Miriam de Azevedo Mello, to e Ronaldo Lindimar José o Conselheiro João Baptis- o que passam a integrar o	
presente		em 12 de maio	de 1992.	
	ITAMAR VIEIR	A DA COSTA ) PI	residente — .	
	JOAO BAPTIST RUY REDRIGUE	MM	rocurador da Faz. Nacional	
VISTO EM SESSAO DE	<sup>8</sup> 2 6 AGO 1993		uni eles intronecies	

Participaram ainda do presente julgamento os seguintes Conselheiros: José Theodoro Mascarenhas Menck e Otacílio Dantas Cartaxo. Aŭsente o Conselheiro Luiz Antonio Jacques.

MF - TERCEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES- PRIMEIRA CAMARA

RECURSO N. 114.649 -- ACORDÃO N. 301-26.980

RECORRENTE: BAYER DO BRASIL S.A.

RECORRIDA : IRF - PORTO DO RIO DE JANEIRO - RJ

RELATORA : SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO RELATOR DESIGNADO: JOAO BAPTISTA MOREIRA

## RELATORIO

Adoto relatório da decisão de la. Instância o qual leio em sessão.

A ação fiscal foi julgada procedente, em decisão que traz a seguinte ementa:

REVISÃO - Desclassificação tarifária do produto Acido Dinitroestilbênico, produto estabilizado sob a forma de sal. Feito Procedente."

Inconformada, recorre a autuada em petição de fls. 29, a qual leío em sessão.

E o relatório.

## VOTO

Em cumprimento a designação do Sr. Presidente, exaro a decisão da maioria, que concluiu pelo acerto da Decisão Recognida.

Já existem, pelo menos, dois acórdãos desta Câmara,  $\underline{scilici}$  ter os Acs. ns. 301-26.976 e 301-27.157, no sentido de que "um sal de ácido" encontra classificação diferente do mesmo "ácido".

Não existe a possibilidade de a TAB não conter classificação para um determinado produto. Na espécie, o código pertinente a ácido dimitroestilbeno dissulfônico é 2904.90.03.01. Porém, o sal desse ácido é um produto diverso e encontra classificação no código TAB 2904.90.0399, em virtude de ser um "outro" derivado nitrossulfonado.

No código 2908.20.0299, "qualquer outro", há vários "ex" contemplando "sais de ácidos" diferentemente do mesmo "acima diferentemente classificados."

Destarte, nego provimento ao Recurso e excluo de oficio a multa de mora ), ex vi do art. 100/II do C.T.N.

Sala das Sessões, em 12 de maio de 1992.

lgl

JOAO BAPTISTA MOREIRA - Relator Designad

Rec. 114.649 Ac. 301-26.980

## VOTO VENCIDO

Conselheira SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO, Relatora:

Como vimos pelo relatório, trata-se de mercadoria importada como ácido, o qual o Laboratório de Análises considerou ser um sal.

Entendeu a importadora ser um ăcido estabilizado na forma sal, classificando-o no Código 2904.90.0301.

Por sua vez, o LABANA ao analisar o produto atesta ser o mesmo um "produto químico orgânico sal dipotassico do ácido 4,4 - dinitroestilbeno - 2,2 - dissulfônico (68,2%), que constitui um sal de um ácido dinitroestilbeno dissufônico". (grifo nosso)

Não trouxe a recorrente nenhuma contra-prova que pudesse ser confrontada com o laudo LABANA. Apenas apresentou argumentos, destituídos de comprovação.

Assim sendo, voto no sentido de (dar provimento ao recurso, devendo o produto ser reclassificado para o código 29.04.90.0399.

Sala das Sessões, 12 de maio de 1993.

SANDRA MIRIAM DE AZEVEDO MELLO
Relatora